



Caprinos e ovinos criados em áreas de uso comum, uma prática agroecológica em comunidade tradicional de fundo de pasto

VIEIRA, Edvando Jesus Vieira¹;

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pertencente a Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Várzea Grande - edvandojesusvieira@outlook.com

Apresentação

Pertenço a Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Várzea Grande, município Oliveira dos Brejinhos – BA. Fui criado desenvolvendo atividades com minha família, inserido na comunidade e em organizações sociais. As atividades agropastoris da família são desenvolvidas por mim, minha mãe, meu pai, meu irmão e minha irmã. Trabalhamos com a criação de caprinos, ovinos, bovinos, suínos e galinhas (predomina a criação de caprinos, e os demais são em pequenas quantidades). Cultivamos milho, feijão, melancia, hortaliças, plantas forrageiras e frutíferas, mas na atualidade é a pecuária que apresenta maior potencial produtivo.

Em 2016 me associei na Associação Comunitária de Caprinocultura de Várzea Grande e no período de 2016 a 2018 estive na direção da Central de Associações de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos. De 2017 até o presente momento estou compondo o conselho diretor da Cooperativa de Créditos e Interação Solidária (CRESOL Oliveira). A partir do ano de 2016 passei a acompanhar de perto as atividades da Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto no estado da Bahia, onde trabalhei no projeto Busca Ativa. Este projeto teve a finalidade de identificar e mobilizar comunidades com características de Fundo e Fecho de Pasto no estado da Bahia, incentivando seus processos de autorreconhecimento.

Mesmo vivendo em um local de referência de Comunidade de Fundo de Pasto, foi só após ter maior contato com lideranças da Articulação Estadual, conhecendo comunidades de diferentes regiões, observando suas especificidades que passei a compreender melhor e entender a importância do modo de vida das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

No mês de maio de 2019 concluí o curso de juristas leigos pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), curso que me propiciou um melhor conhecimento dos direitos das comunidades tradicionais e passei a perceber como a justiça brasileira funciona. Estou cursando Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Essa formação acontece através da pedagogia da alternância, o que mesmo com dificuldades, possibilita estar na universidade e não perder o vínculo com as diversas atividades do meio rural, tanto as atividades produtivas compartilhadas com a família, quanto às de interação e articulação sociais em que estou inserido.



Contextualização da experiência

A antiga Fazenda Várzea Grande é a localidade de referência das pessoas que pertencem à Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Várzea Grande. Localizada no município Oliveira dos Brejinhos, no centro oeste baiano, está inserida no bioma caatinga e possui clima semiárido. A terra tradicionalmente ocupada pelas famílias tem aproximadamente 10.000 ha, alternando de 10 a 100 ha por família, e área denominada coletiva que pertence à associação tem em média 2.500 ha.

Segundo o que contam os mais velhos, a ocupação da terra tem mais de dois séculos. A família de Maria Simoa e seu esposo, Dionísio Ferreira, foram os primeiros a morar nas terras de Várzea Grande e viviam da pecuária, principalmente a bovinocultura e lavoura de sequeiro. Com o passar dos tempos houve grandes mudanças e decisões políticas que modificaram as formas de manejo e cultivo. Irregularidades climáticas aliadas a mudanças socioeconômicas e territoriais foram alguns fatores que levaram as famílias a reduzirem a lavoura e a bovinocultura, onde as famílias da comunidade começaram a priorizar a criação de caprinos e ovinos, que passou a se destacar como atividade produtiva.

No ano 1968 foi o início da construção da rodovia, a BR 242, que cortou as terras ocupadas. A estrada facilitou o acesso, pois antes havia na região dificuldades de transporte, até mesmo de alimentos. Porém, a construção da rodovia também trouxe alguns inconvenientes, e um deles foi a alteração do modo de vida dessas comunidades. Destaco a chegada de pessoas de outras regiões que não compreendiam e não se adequavam ao nosso modo de vida. Nesse período, além dos bovinos criados na região, já era muito forte a criação de animais de pequeno porte, os caprinos, ovinos e suínos. Os animais pastavam no campo livre onde foi construída a rodovia, e com isso corriam vários riscos de acidentes e de serem furtados. As famílias acharam que era necessário cercar a estrada para evitar o tráfego de animais. Inicialmente o órgão responsável pela rodovia iniciou a construção de cercas de pé alto, isto é, cercas de quatro fios de arame que impediam apenas a passagem de bois, jegues e cavalos. Porém, não finalizaram todos os trechos e por não haver manutenção a cerca foi se acabando. Tempos depois as famílias da comunidade construíram a cerca, inicialmente também de pé alto, e posteriormente concluíram a cerca de modo que evitasse que animais de pequeno porte saíssem para outras localidades e transitassem pela estrada. As cercas também acabaram demarcando um limite do território, que antes era aberto.

Na década de 1980 os bancos incentivaram o acesso a financiamentos para a lavoura, para a monocultura da mamona, mandioca e capim buffel. A mamona seria comercializada para ser industrializada em outras regiões, a mandioca seria beneficiada para abastecer o comércio local e já o capim buffel estava chegando à região e permanece em pequena escala na comunidade até os dias atuais. Este capim tem a finalidade de alimentar os rebanhos especificamente os bovinos. Para implantação da lavoura se derrubava a vegetação e com isso surgiram as carvoarias



para gerar outra renda a partir de madeiras retiradas da área. Nesse mesmo período foi proposta uma lei, que ficou conhecida como lei do pé alto ou “lei dos quatro fios”. A lei obrigava os criadores a manterem os animais de pequeno porte presos e as lavouras cercadas com o mínimo quatro fios de arame. Essa lei foi de encontro com o modo de vida das comunidades, com a “lei do costume”, causando fortes ameaças à continuidade e liberdade do pastoreio dos animais de pequeno porte.

Os financiamentos para a lavoura em si, caso adequassem às especificidades locais, de um lado cumpriria uma função importante que era a produção de alimentos e insumos para alimentar os rebanhos, contudo, da forma que chegava os financiamentos acompanhados de pacotes de agrotóxicos e o processo em que facilitava o fechamento de áreas com cercas de pé alto, acarretava um problema social e ambiental. A terra para nós é um bem natural, essencial à produção e reprodução social e cultural. Foi transferida dos ancestrais às novas gerações hereditariamente. A lógica dos novos empreendimentos era diferente e alavancou os processos de apropriação privada da terra, com a grilagem e comercialização das terras ocupadas tradicionalmente.

Percebendo o perigo deste processo, que mudaria o modo de vida das famílias, várias comunidades sentiram a necessidade de se organizar, dialogar e articular conjuntamente para traçar estratégias de luta e resistência. O processo de desarticulação do modo de vida, que se introduzia naquele momento, aglutinou diferentes comunidades em uma pauta central que visava garantir a permanência e o acesso das famílias às terras ocupadas, impedindo a prática da grilagem e concentração das terras nas mãos de poucas pessoas. A pauta encaminhada para o Estado era a de reconhecer e regularizar as áreas ocupadas, visando uma forma que preservasse o uso comum da terra.

Nessa relação com o Estado que formamos as associações, período esse que foi fundada a Associação Comunitária de Caprinocultura de Várzea Grande, em 1989. Posteriormente, no ano 1999, houve a formalização do grupo de lideranças das comunidades em uma Central de Associações de Fundo de Pasto, com um caráter representativo das associações que eram a ela filiadas. À central de associações foi atribuída a função de cobrar do Estado celeridade nos processos de titulação das áreas individuais e coletivas. Outra função da central foi mapear e provocar o diálogo sobre os conflitos existentes nas comunidades, buscando soluções e reivindicando melhorias para as comunidades. As associações possuem um caráter jurídico representativo dos seus associados e foram exigidas pelo Estado para requerer e receber o título de domínio da área coletiva. As associações passaram a cobrar a titulação de áreas coletivas e individuais, responder legalmente e reivindicar políticas públicas para as comunidades. Neste momento fortaleceram o costume de criar ovinos e caprinos em áreas extensivas de uso comum nas terras tradicionalmente ocupadas. No entendimento das famílias, a criação de caprinos e ovinos passou a ter maior viabilidade. Várias famílias perceberam que o sistema financiado pelos bancos, com a promessa de possibilidade de lucros, na verdade



poderia levar a falência de uma região, desaparecimento do modo de vida e das comunidades. Percebiam o risco do temido êxodo rural.

Desenvolvimento da experiência

A Associação Comunitária de Caprinocultura de Várzea Grande, fundada em 30 de junho de 1989, é a entidade representativa dos produtores de Várzea Grande. Este ano completa 30 anos de fundação, se consolidando como espaço para discutir sobre a produção, permanência e qualidade de vida. A associação é um espaço para dialogar sobre as relações socioambientais e culturais da comunidade.

Nas terras tradicionalmente ocupadas, vivem em média de 65 famílias. Nas proximidades das unidades familiares, das residências, encontram-se plantas frutíferas e medicinais, hortaliças e o criame de galinhas. Parte das propriedades familiares é destinada à policultura de feijão, sorgo, milho, abóbora, maxixe, melancia e ao cultivo de plantas forrageiras como a palma, leucena, gliricídia e outras que têm boa aptidão destinadas à alimentação dos animais. Geralmente são armazenadas em silos ou desidratadas para servir aos animais em épocas de estiagens. Outra parte da propriedade é fechada, utilizada como reserva alimentar para o manejo de animais que precisam de maiores cuidados em determinadas situações, como cabras recém paridas ou em tempo de parir. Na maioria das propriedades encontra-se passagem aberta integrando as áreas familiares não cercadas à área de uso comum. Dessa forma, todas as propriedades familiares têm acesso à área coletiva.

Na área coletiva é proibido qualquer tipo de desmatamento, derrubar árvores, caçar, retirar madeiras, salvo as utilizadas na manutenção das cercas do perímetro comunitário. A área de uso comum é utilizada pelos moradores para a solta dos animais, extração de plantas medicinais, tanto para o uso humano, quanto para os animais. A umburana, aroeira, juá mirim, angico, jurema preta, juá são algumas destas plantas. Os frutos nativos como o umbu, a uva do mato, a cagaita, entre outros, estão presentes e também abertos ao uso comum.

Todas as famílias da comunidade Várzea Grande têm acesso à terra. Geralmente os filhos se estabelecem nas propriedades dos pais. Mesmo nas áreas das famílias que são pequenas, o uso comum permite às famílias poderem criar os caprinos e ovinos. Nas áreas tradicionalmente ocupadas não há concentração de terras nas mãos de poucos, permitindo que atividades agrícolas, culturais, religiosas sejam realizadas, reduzindo as desigualdades sociais. Há certa autonomia em relação à mão de obra. A própria família executa as suas atividades e quando necessário pagam diárias a algum vizinho, trocam dias de serviços ou realizam mutirões.

Desafios



Atualmente não há um mercado regular para comercializar os produtos produzidos pelas famílias da comunidade. A principal forma de comercialização é através dos chamados atravessadores. Os animais também são comercializados diretamente em eventos que acontecem esporadicamente.

Ao observar as dificuldades na comercialização e instabilidade do valor, foi construído um espaço que é a feira do bode, que está na XVI edição. É um evento organizado pela Central de Associações de Fundo de Pasto, com o apoio das associações filiadas. Surgiu com a finalidade de divulgar, comercializar e valorizar a caprinovinocultura, bem como os produtos derivados da mesma. A feira do bode busca valorizar a cultura local e construir espaços de debates com temas que sejam de interesse para as comunidades. Além de possibilitar o acesso a políticas de incentivo e apoio para a produção nas comunidades. É importante lembrar que esse espaço comercializa apenas uma pequena parte da produção das comunidades.

Mesmo com a vivência compartilhada no território entre várias espécies há ataques nos rebanhos por animais silvestres. Outra preocupação dos integrantes da comunidade é com o processo de regeneração contínua da caatinga. Há animais pastando permanentemente e se percebe uma redução de espécies de árvores nativas, principalmente com menor idade. Por outro lado, é notável a recuperação das “capoeiras” áreas que a alguns anos foram derrubadas as árvores para plantio.

Os caprinos e ovinos cumprem papéis fundamentais para a soberania das famílias, sua carne é utilizada na alimentação, assim como também o leite. O couro já teve maior valor, mesmo com a redução de preço ainda há atravessadores que compram. Os animais são comercializados geralmente vivos, gerando renda que se junta à rendas de outras fontes para comprar produtos não produzidos pelas famílias.

Principais resultados alcançados

Um dos fatores relevantes na caprinovinocultura é que são animais seletivos e, por isso, preferem alimentos diversificados, o que é fornecido pela caatinga. Os ovinos são menos seletivos, porém se alimentam mais de espécies rasteiras que tem um ciclo vital com capacidade de renovar ou formar nova planta a cada ano nos períodos de chuva. Dessa forma, reduz-se a necessidade de supressão da caatinga para cultivo de pastagens exóticas. Com a caprinovinocultura a caatinga é compartilhada entre várias espécies da fauna, como tatus e gatos selvagens, cobras, ema, raposa, lagarto, gambá, camaleões, preá, mocó, saruê, suçuarana, veado, seriema, pássaros diversos e nos períodos de chuva patos e marrecos nos lagos. Volta e meia se encontram rastros de onça pintada e um morador nos contou ter visto uma ao vivo.

Os caprinos e ovinos, por serem de pequeno porte, facilitam o manejo, o que leva um grande envolvimento de jovens e mulheres na atividade produtiva, os quais assumem responsabilidades, desde o manejo até a comercialização. Assim se propicia independência e autonomia das mulheres e jovens, dinamizando as

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte nos
Deslocamentos dos
Sistemas Agroalimentares



atividades e aos poucos desconstruindo a lógica de divisão sexual do trabalho. Os caprinos e ovinos contribuem para que haja produção saudável, até o momento não há registro de utilização de adubos químicos e agrotóxico na produção na comunidade, pois estes alimentam de pastagens nativas e o esterco desses animais é fundamental para a fertilidade do solo, utilizado na produção de hortaliças e frutíferas. A caprinovinocultura se soma às demais atividades agrícolas.